

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

Requerimento nº , de 2003

(Do Sr. RONALDO VASCONCELLOS)

Solicita seja convocado o Senhor Ministro de Estado das Cidades a comparecer perante esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre o organograma e os planos de trabalho do referido Ministério.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, *caput*, da Constituição Federal e na forma do art. 219, do Regimento Interno da Casa, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Ministro de Estado das Cidades, Sr. Olívio Dutra, para prestar esclarecimentos sobre o organograma do referido Ministério, bem como sobre a política nacional que se pretende adotar para o setor.

JUSTIFICAÇÃO

A criação de uma Pasta específica para tratar dos problemas urbanos é uma reivindicação antiga, tanto dos movimentos populares, como dos setores empresariais ligados à construção civil e ao mercado imobiliário. Afinal, considerando que mais de 80% da população brasileira vive em cidades, faz-se urgente e necessário que a estrutura da Administração Pública federal reflita a importância das questões urbanas na vida nacional.

Assim, a recente criação do Ministério das Cidades, pelo Presidente da República, merece aplauso e apoio de todos nós. Cabe ressaltar, contudo, que a simples instituição de um novo órgão de governo não vai trazer os resultados esperados, se tal órgão não estiver devidamente estruturado para os desafios que terá de enfrentar.

O presente requerimento de audiência pública tem por finalidade convocar o Sr. Olívio Dutra, Ministro de Estado das Cidades, a comparecer perante este órgão técnico, em data a ser agendada, para prestar esclarecimentos sobre a forma de organização e funcionamento do referido Ministério. Pretende-se, outrossim, que sejam trazidas informações sobre as linhas mestras da política nacional a ser adotada pelo Ministério.

Com essa iniciativa, espera-se capacitar os membros da Comissão para o acompanhamento das ações a serem empreendidas pelo Ministério, bem como para uma atuação parlamentar que venha somar esforços com o Executivo. Desnecessário lembrar que iniciativas importantes na esfera da política urbana passam pela via legislativa, como é o caso da criação do Fundo Nacional de Habitação, previsto em projeto de lei de iniciativa popular que encontra-se para ser apreciado pelo Plenário da Casa. Outro tema que merece ser debatido diz respeito à posição do Ministério em relação às propostas de alteração na Lei nº 8.036, de 1990, que disciplina o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Muitas dessas propostas têm repercussão direta sobre o mercado imobiliário e o acesso à moradia para uma fatia significativa da população, como é o caso da sugestão de utilização do FGTS para fiança locatícia, que vem sendo estudada pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro – SECOVI-RJ.

Diante da relevância dos temas a serem tratados, e considerando que o presente requerimento está devidamente amparado pela Constituição Federal e pelas normas regimentais da Casa, espera-se contar com o apoio de todos os membros da Comissão para a realização da referida reunião de audiência pública.

Sala das Sessões, em de de 2003.

Deputado RONALDO VASCONCELLOS